

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



O PMDB e suas contradições

ANTÔNIO DIAS LEITE

Nas discussões, tanto da Constituição como dos planos de ação econômica do governo federal, voltam sempre à tona o programa do PMDB e a questão da fidelidade partidária.

Esse programa foi elaborado em 1982 por uma coligação de políticos de tradição e de doutores em Sociologia e Economia, alguns no processo de trocar a cátedra pelo ingresso na carreira política, o que, em princípio, é fato auspicioso. Contém um conjunto de conceitos de ampla aceitação na sociedade brasileira e um outro conjunto de objetivos específicos, alguns altamente controversos, inclusive dentro do próprio PMDB. Contém, sem dúvida, forte carga emocional ligada à época da transição do regime autoritário. Trata-se, enfim, de um documento que, além de tudo, procura sistematizar ideais, infelizmente inexecutáveis a um só tempo, já que nas sociedades reais não há como ficar só com os benefícios possíveis, evitando todos os sacrifícios. Sobretudo porque é necessário optar, constantemente —dadas as contradições intrínsecas da economia real— entre, efeitos imediatos e futuros, dentro dos limites de vida de uma mesma geração.

Tudo isso é de suma importância para a sociedade brasileira, e justifica o interesse dos que não pertencem ao PMDB, por se tratar do programa do partido que adqui-

riu, em novembro de 1986, hegemonia na Assembléia Constituinte, ocupou os governos estaduais e já vem suprindo quase todos os ministérios e cargos da Nova República. Mas que, apesar disso, não consegue assumir a responsabilidade de conduzir o processo de transição a bom termo. É possível que essa dificuldade venha a ser superada a partir da revisão do programa ou, pelo menos, da escolha de prioridades.

Tema central desse programa é a ênfase social, a principiar pela recusa à "teoria do bolo" que, para os seus autores, teria vigido antes da Nova República, e segundo a qual "primeiro ter-se-ia que cuidar do crescimento econômico para depois zelar para que os seus frutos fossem distribuídos". A partir dessa crítica, e da convicção da ilimitada capacidade do governo de resolver tudo por decreto, constrói o programa todo um sistema de intervenção tutelar do Estado, no campo social e, apesar do discurso sobre o crescimento econômico, relega a segundo plano a questão de assegurar os meios práticos para sua consecução. Cumpre registrar que os autores do programa que, tantas vezes se referem a direitos individuais, não consideraram de igual importância acentuar a dedicação ao trabalho como fonte insubstituível da ascensão social de cada um e do desenvolvimento do país como um todo.

Outro tema que se repete exaustivamente é o do nacionalismo, estranhável aliás em um país cuja Assembléia Constituinte deve conter uma maioria de descendentes de imigrantes, de segunda ou terceira geração, e cuja história está repleta de contribuições dos que para aqui vieram de tantas nações distantes. Lembra até a época daquele ridículo dispositivo da lei do monopólio do petróleo, segundo o qual, em determinado momento, brasileiros que então exerciam os cargos de ministro da Fazenda e das Relações Exteriores não podiam ter ações ordinárias da Petrobrás por serem casados com estrangeiras.

Confrontado o PMDB com a realidade, desde que pessoas filiadas ao partido assumiram o comando da vida econômica e financeira do país, evidenciaram-se as contradições internas do programa e, entre este e a ação prática possível. Mas só agora começa o partido a mover-se, diante da necessidade inadiável de definir-se na Constituinte.

Fato auspicioso que ocorreu na Convenção do partido nos dias 10 e 11 de julho foi a aprovação (?) do parecer sobre o novo plano econômico, do ministro Bresser Pereira, que contém pontos discutíveis, a juízo de cada um dos analistas, mas que, em conjunto, compõe uma proposta séria. Muito diferente, portanto, da postura visionária

do ministro Dilson Funaro e de seus assessores e, principalmente, da irresponsável promessa da inflação zero. O parecer elaborado por economistas do partido sob a coordenação do ministro Celso Furtado, é também documento vazado em termos realistas e responsáveis. Pena que tanto tempo tenha sido despendido, na Convenção, com o tumulto e o debate da questão menor do mandato de quatro ou cinco anos. Mais tempo que se dedicasse ao parecer ajudaria a esclarecer as opções que o partido majoritário ainda terá, aos poucos, que adotar, sem escapismos, com importantes consequências sobre a natureza da Constituição que teremos. Outro fato auspicioso é o artigo do ministro Almeida Magalhães, nesta Folha, do mesmo dia 11, que como se quisesse dar ênfase ao essencial e deixar de lado proposições acessórias que tumultuam o programa do PMDB e a atual versão da Constituição, afirma: "O compromisso fundamental do programa do PMDB, no plano de política econômica, é o de assegurar as condições de crescimento da economia com distribuição de renda." E isso aí que temos que conseguir, na realidade, e não só no discurso.

ANTÔNIO DIAS LEITE, 66, economista, foi ministro dos Minas e Energia (1969-1973), presidente do Cio, Vale do Rio Doce (1967-1968) e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Dos programas partidários

MICHEL TEMER

Partido é parte. Ou seja: parcela de opinião pública. Só tem significado a existência de um partido quando, por meio dele, se revela um segmento das aspirações populares. Daí a contradição dos chamados países de partido único. Onde a opinião não se fraciona não há falar-se em partido uma vez que não se verifica a existência de canais parcelares da opinião pública.

O partido é o conduto natural por meio do qual os indivíduos de mesmo pensamento se manifestam para alcançarem o poder e, exercendo-o, aplicar a sua ideologia política e administrativa.

A ideologia referida se corporifica no que se chama programa. É uma súpula de pensamentos e de princípios que deverão sensibilizar os eleitores de molde a levar os seus pregadores a exercerem o governo (tanto o Executivo como o Legislativo).

Tratando-se de programa que deve alcançar o maior número de indivíduos participantes da socie-

dade estatal deve ele ser genérico, abrangente, principiologicamente. Não deve descer ao detalhe, ao pormenor, a minudência. Isto para que seja perene, inexigindo constantes modificações. Se o programa é minucioso, a menor das modificações sociais demandará a sua alteração. Se, ao contrário, fundamenta-se em princípios, basta assumir nova conduta em face das exigências sociais, sem alteração da letra programática.

Discurso sobre o tema preocupado com os programas partidários. Estes, no Brasil, são, muitas vezes montados ao sabor das circunstâncias momentâneas que envolvem a política nacional. Por isso mesmo fragilizam-se na medida em que se altera o panorama político e econômico da nação.

Isto, aliás, é que levou o ministro Bresser Pereira a declarar publicamente que o nosso partido, o PMDB, deveria rever o seu programa. Agora, quando o PMDB resolve revê-lo é bom que tenha presente esta idéia: a de que o

objetivo partidário deve retratar-se por meio de regras sintéticas consubstanciadoras de seus objetivos gerais. Como se fossem pilastres de um prédio, o seu arcabouço estrutural.

Impõe-se que os partidos abandonem a idéia de massudos e minuciosos programas (que poucos lêem) reduzindo-os a itens precisos e objetivos. Assim, é preciso, em primeiro lugar, levantar os temas fundamentais em que a agremiação tomará posição bem definida. Sobre cada qual deles lançará o seu princípio de ação: o que pensa sobre ele e como pretende encaminhá-lo e resolvê-lo ao ocupar o poder. Serão, sempre —e permita-se a repetição— regras gerais, a fim de que o partido disputante de um pleito eleitoral não seja, na sua ação executiva ou legislativa, acusado de transgressão do programa. Não se pense que a edição de princípios gerais visa fugir ao compromisso. O que se quer é a obediência àqueles assumidos pois temos notado que muitas vezes os

executores de um programa partidário, no governo, são criticados em função da estratégia administrativa ou legislativa, que adotam.

Esta tem se revelado, na aparência, como um rompimento com o compromisso adotado. Exata e precisamente porque o programa partidário vai aos detalhes da execução para atingir o objetivo. O programa partidário pormenorizado não atende a dinâmica das situações sociais. É bom lembrar e enfatizar que os partidos de vocação internacional perenizam-se por se sustentarem em idéias-força que fornecem a razão da sua existência.

É curioso notar como o que se diz a respeito dos partidos aplica-se, palavra por palavra, a uma Constituição. Uma Constituição de princípios é, sempre, mais duradoura.

MICHEL TEMER, 46, advogado, é deputado federal (PMDB-SP), professor de Direito Constitucional na PUC-SP e foi procurador-geral e secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo (governo Montoro).

Esperança para uma nação perplexa

HERBERT LEVY

Raras vezes no decorrer da história o Brasil andou tão à deriva como nos tempos que correm.

O PMDB tornou-se muito forte na base de um engodo: o Plano Cruzado.

A evidência de que o plano não funcionaria se fez dois ou três meses após sua entrada em vigor. Em maio do ano passado eu disse pessoalmente ao presidente Sarney que o que o estava fazendo rir hoje fa-lo-ia chorar amanhã. Muitos outros amigos do governo o advertiram corretamente. Mas ninguém quis mexer no plano até quando o desequilíbrio violento produziu o Cruzado 2 e a inflação galopante. O povo enfureceu-se com o golpe baixo. Os vencedores, graças ao voto popular entusiasta e maciço, seriam os derrotados, também por votação maciça.

Verdadeira inversão de situações e foi ela que desestabilizou o governo. Não foi nenhuma conspiração nem jogo de palavras dos líderes radicais. Estes só procuram radicalizar a oposição para conquistar o eleitor decepcionado.

Foi um programa econômico que motivou a impressionante vitória eleitoral, sem precedentes em eleições livres e democráticas. Seu fracasso levou o PMDB a repetidas

tentativas de salvar-se, atacando o governo. O seu governo. O governo a quem tudo deve.

É convocada a Convenção Nacional para que o repúdio, na forma de eleições imediatas, demonstrasse que o partido captava e acompanhava o sentimento popular.

Nesse meio tempo surge o Plano Bresser, até que bastante bem articulado, procurando pôr um fim em situação próxima do caótico. O primeiro ataque ao ministro da Fazenda indicado pelo PMDB partiu do próprio PMDB e isso logo após um bem fundamentado discurso de posse em que o sr. Bresser Pereira tocava corretamente em pontos críticos, com exceção do problema da dívida externa sobre a qual se manifestou com manifesto irrealismo ao propor a retomada dos entendimentos com os credores e com o FMI.

Ficava a nação sem saber o que pretendia, afinal, o partido tornado majoritário. Bem ou mal, o Plano Bresser restabelece alguma ordem, ainda que sofrendo restrições de gregos e troianos. Alguma expectativa se estabelece e, reanimado, o presidente Sarney sai da defensiva e procura impor os cinco anos.

Nas vésperas da Convenção os sentimentos são mistos. A expecta-

tiva de que o plano dê resultado, para alguns, o temor da vitória dos radicais contra o governo, para outros, tornou os cinco anos aceitáveis para boa parte da cúpula. Mas verificou-se que as bases não estavam pelos autos e fortemente motivadas, ainda, pelo golpe baixo do Cruzado 2.

Como foi um programa econômico que levou à esmagadora vitória de novembro, o tema econômico foi inscrito como assunto de destaque da Convenção, já agora incômoda para alguns dos principais dirigentes do partido, sem falar do presidente da República. Mas quando oradores credenciados para tratar dos temas econômicos procuram fazê-lo, a Convenção simplesmente não quis saber de ouvi-los.

No meio dos desencontros e da desordem da Convenção, fica a impressão triste, muito triste, para a opinião pública esclarecida de que aquele que se tornou ocasionalmente o maior partido do país e responsável pelo governo, a quem assegura base política, não sabe o que quer e não sabe para onde vai, só preocupado em cortejar a opinião pública que o repeliu após o Cruzado 2.

Estamos verdadeiramente navegando à deriva. É preciso que

surjam novas iniciativas dos homens sérios deste país e que constituem a grande maioria silenciosa, lamentavelmente afastada das áreas de decisão para que renasça a esperança ao desiludido e sofrido povo brasileiro. Se a política não voltar a funcionar obedecendo a ética e voltando-se sem demagogia nem falsidade a mitigar as imensas desigualdades sociais —problema também moral além de humano— assistiremos, ao lado da desordem política, capaz de destruir as instituições democráticas, à derrocada dos princípios éticos, à vitória da mistificação e da corrupção em todos os níveis do governo, à verdadeira mexicanização do Brasil com o predomínio dos interesses pessoais inconfessáveis.

Esta é a hora da convocação dos homens de bem para que abandonem a indiferença ante a tomada da política e do poder pelos aproveitadores e corruptos e se empenhem com todas as forças em refazer as bases morais deste país das quais depende o seu reerguimento.

HERBERT VICTOR LEVY, 75, empresário, foi deputado federal por diversas legislaturas e é diretor-presidente do jornal "A Gazeta Mercantil".